



Fórum Estadual de
Educação de Jovens e Adultos - SP

**Contribuições para o diagnóstico da situação da EJA no
Estado de São Paulo (2014)**

(versão preliminar para debate em Seminário do Fórum)

Prof.^a Dr.^a Maria Clara Di Pierro
FE-USP

Luis Felipe Soares Serrao
Ação Educativa

São Paulo (SP), maio de 2014.

Apresentação

O objetivo central deste texto é divulgar de forma sistematizada informações sobre a demanda social e as políticas de educação escolar de pessoas jovens e adultas (EJA) em desenvolvimento no Estado de São Paulo, sejam elas de responsabilidade da administração pública federal, estadual, municipal ou privada. Esta é uma iniciativa do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo, rede que reúne estudantes, pesquisadores, educadores, gestores públicos, movimentos e organizações sociais que lutam pelo direito à participação democrática nos processos de elaboração, gestão, avaliação e controle social das políticas para essa modalidade.

Um primeiro diagnóstico¹, no qual este se baseia, foi construído para subsidiar o capítulo estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, política federal do Ministério da Educação² (MEC) lançada em 2007 para promover a articulação territorial dos poderes públicos e da sociedade civil em favor da garantia do direito humano à EJA. No caso paulista, principalmente pela não adesão do governo estadual, a Agenda não avançou e, logo, não se caminhou como desejado na articulação e no fortalecimento da institucionalidade das políticas de EJA.

Atualizado e ampliado, este relatório revela os preocupantes resultados das políticas de EJA no Estado de São Paulo, evidenciando a posição de baixo prestígio que essa modalidade ocupa na agenda de prioridades educacionais. Espera-se que, a partir desse retrato, a comunidade educacional atue em prol de políticas articuladas e efetivas de atuação no território paulista, sobretudo a partir da elaboração de planos locais de ação construídos coletivamente e democraticamente.

Dados sobre escolaridade de pessoas jovens e adultas

De acordo com dados censitários, a taxa de analfabetismo absoluto de pessoas de 15 anos ou mais no Brasil era 13,63%, em 2000, e 9,63%, em 2010; o Estado de São Paulo apresentou índices relativamente mais baixos, 6,64% e 4,34%, respectivamente. Entretanto, devido à numerosa população, o Estado concentrava 10,08% dos analfabetos do país, o que correspondia a mais de 1,4 milhão de pessoas, a maioria das quais com idades superiores aos 50 anos, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Taxas de analfabetismo por grupos de idade no Estado de São Paulo. 2010

| Faixa etária | População Total | População analfabeta | Taxa de analfabetismo |
|----------------|-----------------|----------------------|-----------------------|
| 15 a 19 anos | 3.303.908 | 34.547 | 2,46% |
| 20 a 29 anos | 7.427.476 | 88.844 | 6,32% |
| 30 a 49 anos | 12.474.366 | 361.130 | 25,70% |
| 50 a 59 anos | 4.424.095 | 247.872 | 17,64% |
| 60 anos e mais | 4.771.436 | 672.592 | 47,87% |
| Total | 32.401.281 | 1.404.985 | 100% |

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010.

¹ Para mais informações sobre este relatório, veja:

http://forumeja.org.br/sp/sites/forumeja.org.br.sp/files/DocumentoReferencia_encontro_Agenda_Territorial_SP.pdf.

² Para mais informações sobre a Agenda Territorial, veja: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=619&catid=275:agenda-territorial-de-eja&cid=12308:agenda-territorial-de-eja&option=com_content&view=article.

No Estado de São Paulo, a taxa de analfabetismo declinou lentamente ao longo da primeira década do século XXI, a um ritmo quase duas vezes menor que no Brasil, o que pode ser creditado à dificuldade de ação quando as taxas tornam-se residuais, assim como acontece nos estados com perfis semelhantes ao de São Paulo (Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), que apresentaram um comportamento similar.

Em dados mais atuais³, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/Ibge) de 2012 indicou a existência de mais de 2 milhões de pessoas consideradas não alfabetizadas no Estado de São Paulo. Deste total, 63% eram de pessoas com 15 anos de idade ou mais (1,2 milhão de pessoas); em 2003, esse mesmo público representava 59% do total de pessoas não alfabetizadas. Considerando o mesmo período, houve uma diminuição de 19% da taxa de pessoas não alfabetizadas de 15 anos de idade ou mais, de aproximadamente 1.598.000 para 1.287.000 pessoas.

Tabela 2 - Evolução do nº de pessoas não alfabetizadas no Estado de São Paulo (em mil pessoas). 2003-2012

| Faixas de idade | 2003 | | 2006 | | 2009 | | 2012 | | Varição 2012/2003 |
|-----------------|-------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|---------|-------------------|
| 15 a 17 anos | 12 | 0,80% | 10 | 0,60% | 16 | 1,00% | 4 | 0,30% | 33% |
| 18 a 19 anos | 16 | 1,00% | 7 | 0,50% | 7 | 0,50% | 13 | 1,00% | 81% |
| 20 a 24 anos | 37 | 2,30% | 32 | 2,10% | 26 | 1,70% | 24 | 1,90% | 65% |
| 25 a 29 anos | 54 | 3,40% | 45 | 2,90% | 43 | 2,80% | 28 | 2,20% | 52% |
| 30 a 39 anos | 202 | 12,60% | 173 | 11,20% | 147 | 9,50% | 99 | 7,70% | 49% |
| 40 a 49 anos | 230 | 14,40% | 219 | 14,20% | 202 | 13,00% | 134 | 10,40% | 58% |
| 50 a 59 anos | 278 | 17,40% | 315 | 20,40% | 235 | 15,20% | 266 | 20,70% | 96% |
| 60 anos ou + | 769 | 48,10% | 745 | 48,20% | 872 | 56,30% | 719 | 55,90% | 93% |
| Total | 1.598 | 100,00% | 1.546 | 100,00% | 1.548 | 100,00% | 1.287 | 100,00% | 81% |

Fonte: IBGE/Pnad.

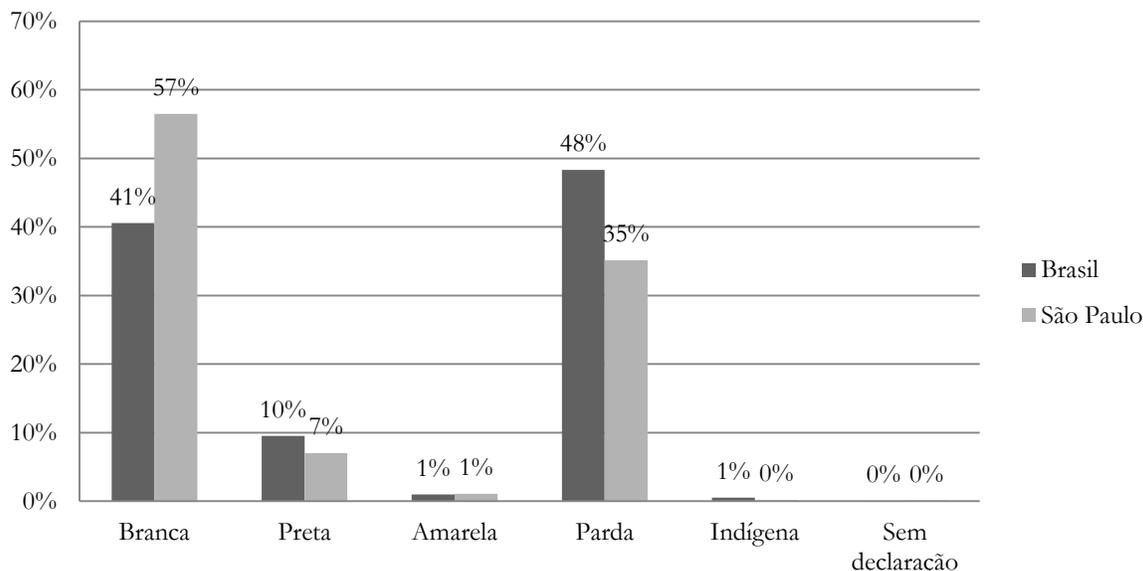
Pela tabela acima, é possível perceber que houve uma mudança no perfil da população considerada não alfabetizada no Estado de São Paulo: as faixas etárias localizadas acima dos 50 anos de idade passaram a concentrar mais de 76% da população nessa condição, com destaque para a faixa de 60 anos ou mais, que somente ela concentrava, em 2012, mais de 55%. Além da diminuição da representatividade das pessoas entre 15 e 17 anos no total de daquelas não alfabetizadas, os estratos que apresentaram maiores diminuição são das pessoas com idade entre 25 e 49 anos.

Pelos últimos levantamentos do Censo Demográfico (IBGE, 2010), 45% das mais de 144 milhões de pessoas jovens e adultos com 15 anos ou mais no Brasil não frequentaram os bancos escolares ou, quando frequentaram, não chegaram a completar o ensino fundamental (EF). Já dentre aquelas pessoas com 18 anos ou mais, um quarto (22 milhões de pessoas) não chegou a terminar o ensino médio (EM). Especificamente no estado de São Paulo, os números também eram preocupantes: dentre as mais de 32 milhões de paulistas com 15 anos ou mais, 37% não havia terminado o EF; e, dentre as pessoas com 18 anos ou mais, que totalizam em 2010 quase 19 milhões de pessoas em todo o Estado, mais de 5 milhões não havia concluído o EM.

³ Os dados da PNAD e do Censo Demográfico foram coletados por meio da plataforma SIDRA, do IBGE. Para acessá-la, vá em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>.

Como pode ser visto no gráfico abaixo, em todo o Brasil, das pessoas com 15 anos ou mais que não possuíam EF completo, 57% se autodeclararam pretas ou pardas; em São Paulo, esse contingente representou 41% desse mesmo público.

Gráfico 1 - Pessoas com 15 anos ou mais sem EF completo. 2010

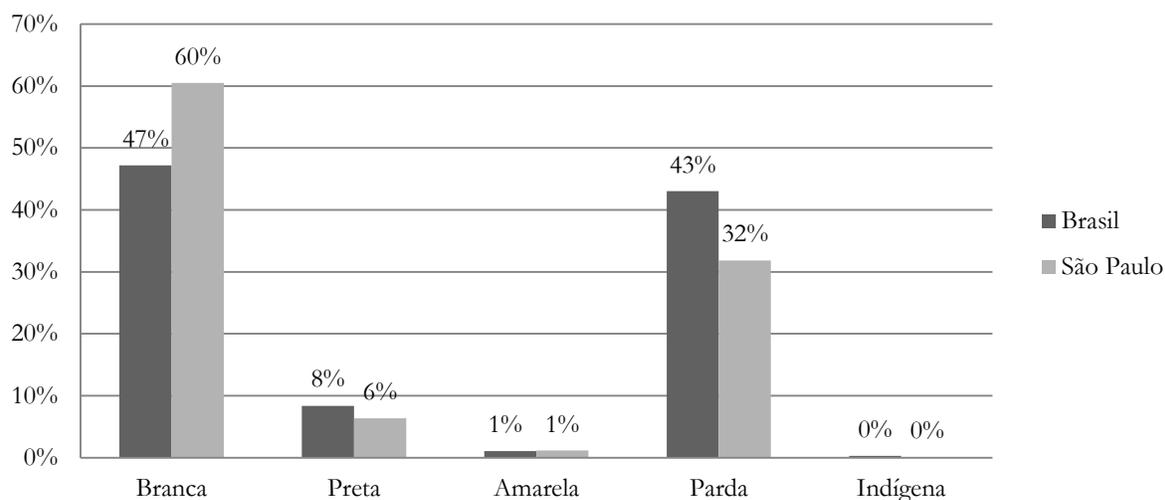


Há de se levar em conta que, sem utilizar o recorte de escolaridade, em São Paulo, das pessoas de 15 anos ou mais, 34% se declararam pretas ou pardas e 64% se declararam brancas⁴. Ou seja, pelos dados apresentados no gráfico 1, havia mais pretos e pardos sem EF completo do que brancos.

Já em relação às pessoas com 18 anos ou mais sem EM completo no Brasil, mais de 51% se autodeclararam pretas ou pardas; no estado de São Paulo, 38% eram pretas ou pardas. Como mostra o gráfico 2, também havia maior proporção de pretos ou pardos ao se desconsiderar o recorte educacional: eles representavam 34% da população paulista com 18 anos ou mais de idade.

⁴ No Censo Demográfico de 2010 (IBGE), somente 0,04% da população residente no estado de São Paulo com 15 anos ou mais não declarou cor ou raça; no Brasil, essa proporção foi de 0,02%. Em ambos os casos, mais de 99% dos casos que não há informação sobre cor ou raça são de pessoas que declararam não possuir instrução ou não completaram o ensino fundamental.

Gráfico 2 - Pessoas com 18 anos ou mais sem EM completo. 2010



Os dados de escolaridade da população jovem e adulta também não traziam diferenças significativas em relação à declaração de sexo. Dentre aquelas com 15 anos ou mais de idade sem EF completo no Brasil, 51% eram homens; em São Paulo, 48% eram homens. Já dentre aquelas pessoas com 18 anos ou mais sem EM completo, tanto no Brasil quanto em São Paulo, 50% eram de homens e 50% era de mulheres.

Já com relação à situação de domicílio, o Censo Demográfico de 2010 apontou que quase um quarto do total de pessoas com 15 anos ou mais sem EF completo estava em zonas rurais; enquanto isso, em São Paulo, 6% estavam em domicílios localizados em zonas rurais (IBGE, 2010). Dentre aquelas pessoas com 18 anos ou mais sem EM completo no Brasil, 11% estavam em áreas rurais; em São Paulo, eram 4% do total.

O Fundeb e o financiamento da EJA

É de amplo conhecimento que a EJA tem sido discriminada negativamente pela política de fundos de financiamento que rege o ensino básico no Brasil desde a década de 1990: entre 1997 e 2006 a modalidade foi excluída (por veto presidencial) do cômputo das matrículas que servia de base de cálculo para a redistribuição dos recursos do Fundef, e foi incluída progressivamente no Fundeb (33% das matrículas a cada ano entre 2007 e 2009), recebendo o menor fator de ponderação dentre as modalidades da educação básica (inicialmente 0,7 e, posteriormente, 08), ficando ainda sujeita a um teto máximo de gastos de 15% do Fundo (Di Pierro, 2001; Gouveia, 2008; Volpe, 2010). Apesar disso, a inclusão da modalidade no Fundeb representou um avanço, quando comparada às condições de financiamento da modalidade vigentes no período precedente⁵.

⁵ Em 2007 (quando o fator de ponderação da modalidade era de apenas 0,7) os cálculos do custo por aluno ao ano na EJA para efeito de captação do FUNDEB variaram de R\$662 nos estados mais pobres a R\$1.433 naqueles com maior arrecadação tributária. Embora insuficientes para prover um ensino de qualidade, esses valores eram bem superiores, por exemplo, aos R\$ 250 por aluno/ano repassados entre 2002 e 2006 pela União aos Estados e Municípios no Programa Fazendo Escola, ou do per capita gasto pelo governo federal no Programa Brasil Alfabetizado, cuja média dos anos 2007 a 2010 foi, segundo estimativas de Cara e Araújo (2011), de R\$ 264,70.

Considerando que o artigo 11º da Lei Federal nº 11.494/2007, que regulamentou o Fundeb, estabeleceu um teto de 15% para a apropriação dos recursos pela EJA, constatou-se que a proporção dos recursos relativos à modalidade no Fundo paulista em 2009 foi pouco superior a 6% (Tabela 5), existindo, portanto, ampla margem nos orçamentos do Estado e dos municípios para uma eventual expansão das matrículas públicas.

Tabela 3 – Receitas do Fundeb e da EJA no Estado de São Paulo (2009)

| | Estado | Municípios | Total |
|--|--------------------|-------------------|--------------------|
| Receitas totais do FUNDEB | R\$ 14.320.287.957 | R\$ 6.758.205.633 | R\$ 21.078.493.590 |
| Matrículas de EJA | 446.536 | 262.187 | 708.723 |
| Matrículas ponderadas de EJA | 357.228,8 | 209.749,6 | 566.978,4 |
| Receitas do FUNDEB relativas à EJA | R\$ 808.425.992 | R\$ 474.673.454 | R\$ 1.283.099.446 |
| Receitas da EJA em relação ao total | 5,65% | 7,02% | 6,09% |

Fonte: CALLEGARI, 2010. Organização própria.

O Fundeb é um mecanismo de equalização da receita e do gasto público em educação, entretanto ele não elimina as desigualdades existentes entre os municípios, devidas a seu porte e capacidade tributária. Em 2009, por exemplo, ano em que o valor aluno-ano de referência para a EJA foi estimado em R\$ 2.263,00 no Estado de São Paulo, a receita per capita disponível em uma amostra de 128 municípios do Estado pesquisados variou substancialmente, de um mínimo de R\$ 1.021,28 a um máximo de R\$ 3.113,30 (Di Pierro, 2013).

A análise do impacto do Fundeb na oferta da EJA nas redes municipais e estadual do Estado é dificultada pela subdeclaração do gasto público com a modalidade, contabilizado nos bancos de dados públicos em outras rubricas (Araújo, 2012; Volpe, 2010). Com efeito, dos 645 municípios paulistas, 339 (52,5%) não informaram ao Tesouro Nacional⁶ quaisquer despesas na modalidade ao longo do período 2005-2010, e apenas 128 deles (19,8%) declararam algum gasto em pelo menos quatro anos do período (Di Pierro, 2013).

Segundo estudo de Di Pierro (2013), o gasto médio por aluno da EJA em 2009 – quando o valor estimado pelo FNDE para investimento por aluno da EJA em São Paulo para efeito dos cálculos do FUNDEB foi de R\$ 1.810,44 - em uma amostra de 114 municípios paulistas foi de R\$ 1.038,41 (variando extraordinariamente de um mínimo de R\$ 5,80 em Casa Branca, R\$ 4.809,78 em Caieiras e surpreendentes R\$ 22.050,48 em São Caetano do Sul), sendo a mediana de R\$ 514,70 per capita (Tabela 4).

⁶ A Secretaria do Tesouro Nacional mantém o banco de dados FINBRA – Finanças Brasil, no qual Estados e Municípios conferem publicidade a seus gastos por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Existe também o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que reúne informações prestadas pelos gestores da educação dos estados e municípios como condição para assinatura de convênios e recebimento de complementação do FUNDEB pela União. Em São Paulo existe ainda o Sistema de Informações da Administração Pública (SIAP) do Tribunal de Contas do Estado, que fiscaliza as despesas públicas, aferindo o cumprimento da vinculação constitucional de recursos para a educação.

Tabela 4 - Despesa aluno/ano em EJA em municípios da amostra do Estado de São Paulo. 2005-2009

| Ano | Quantidade municípios com informação sobre despesa em EJA | Despesa aluno/ano (em R\$) | | | (B) Valor de referência da EJA no FUNDEB | A/B |
|------|---|----------------------------|---------|--|--|-----|
| | | Média | Mediana | (A) Mediana (sem matrículas semipresenciais) | | |
| 2005 | 103 | 899 | 284,67 | 300,94 | - | - |
| 2006 | 122 | 1.096,97 | 316,92 | 316,92 | - | - |
| 2007 | 126 | 1.212,43 | 437,97 | 440,12 | 1.292,03 | 34% |
| 2008 | 126 | 916,02 | 425,64 | 443,4 | 1.439,33 | 31% |
| 2009 | 127 | 1.038,41 | 514,7 | 540,66 | 1.810,44 | 30% |

Fonte: Finbra/STN, Siope/FNDE, SIAPNet/TCE, Censo Escolar e FNDE. Organização própria. IN: Di Pierro, 2013.

O atendimento na educação básica de jovens e adultos

Até a década de 1980 a oferta pública de EJA no Estado de São Paulo era realizada predominantemente pela rede estadual de ensino. A descentralização da modalidade teve início em 1990 quando muitos municípios, exercitando as novas responsabilidades atribuídas pela Constituição, absorveram os serviços de alfabetização e pós-alfabetização até então mantidos pela extinta Fundação Educar, sucedânea do Mobral (Haddad et al, 1993).

A tendência à municipalização se aprofundou a partir de 1996, quando pelo Decreto 40.673 o governo estadual retirou-se da oferta das séries iniciais da educação de jovens e adultos, delegando essa tarefa às municipalidades (Carvalho, 2006; Furlan, 2007; Vieira, 2011). Desde então as estatísticas registram a intensificação da municipalização do ensino fundamental de jovens e adultos, concomitante ao declínio da oferta privada e, mais recentemente, também das matrículas nas redes públicas do Estado e dos municípios.

Cursos presenciais e semipresenciais

Ao longo dos últimos, é possível verificar substancial declínio das matrículas na modalidade EJA em todo o território brasileiro e também no Estado de São Paulo. Essa queda das matrículas frustrou as expectativas geradas por ocasião da implementação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), pois se esperava que ele pudesse induzir os governos subnacionais à ampliação de oportunidades educacionais para a população com idade superior a 15 anos.

No entanto, como é possível verificar os dados da tabela 5, houve significativa queda (42%) do número de matrículas no EF na modalidade EJA entre 2009, ano em que a totalidade das matrículas de EJA passou a ser contabilizados no Fundeb, e 2013. A diminuição foi mais intensa na rede estadual (56%) do que nas redes municipais (33%). Nesse período, as redes particulares praticamente deixaram de atuar nesse campo.

Tabela 5**Matrículas no EF na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 1995-2013**

| Ano | Total | Federal | | Estadual | | Municipal | | Particular | |
|------|---------|---------|-------|----------|-----|-----------|-----|------------|-----|
| 1995 | 347.905 | 0 | - | 144.007 | 41% | 144.082 | 41% | 59.816 | 17% |
| 2000 | 577.992 | 33 | - | 236.293 | 41% | 297.357 | 51% | 44.309 | 8% |
| 2005 | 598.384 | 0 | - | 250.322 | 42% | 325.747 | 54% | 22.315 | 4% |
| 2009 | 389.582 | 0 | - | 144.100 | 37% | 241.300 | 62% | 4.182 | 1% |
| 2010 | 302.908 | 0 | - | 92.574 | 31% | 208.066 | 69% | 2.268 | 1% |
| 2011 | 262.136 | 52 | 0,02% | 71.234 | 27% | 188.571 | 72% | 2.279 | 1% |
| 2012 | 241.903 | 135 | 0,06% | 68.126 | 28% | 171.502 | 71% | 2.140 | 1% |
| 2013 | 225.601 | - | | 63.474 | 28% | 160.003 | 71% | 2.124 | 1% |

Fonte: Censo Escolar, MEC/Inep

Pelos dados do Censo Escolar, em 2012, das mais de 241 mil pessoas matriculadas no EF na modalidade EJA no Estado de São Paulo, 52% eram mulheres, e para quase 40% dessas pessoas não havia informação de cor/raça. Nos dados de 2013 do Censo Escolar, esse cenário permanecia: das mais de 225 mil matrículas no EF na modalidade EJA, 52% eram mulheres e, para 43% desse total não havia informação de cor/raça.

Pelos dados da tabela 6, é possível perceber que as matrículas em EF na modalidade EJA no Estado de São Paulo foram quase que exclusivamente urbanas, sempre representando acima de 96% do total. As matrículas em zonas rurais, que chegaram a representar, no máximo, 3,1% do total em 2012, apresentaram leve aumento até 2011, voltando a ter uma tendência de queda a partir de então. Vale destacar que a rede estadual apresentou aumento de 80% do número de matrículas sob sua responsabilidade (de 3.142 em 2009 para 5.691 em 2013), enquanto as redes municipais atenderam somente 755 matrículas em 2013, uma queda de 51% em relação ao atendimento em 2009.

Tabela 6 - Matrículas no EF na modalidade EJA por Localização no Estado de São Paulo. 2009-2013

| Ano | Total | Urbana | | Rural | |
|------|---------|--------|-------|-------|----|
| 2009 | 389.582 | 384891 | 0,988 | 4.691 | 1% |
| 2010 | 302.908 | 299421 | 0,988 | 3.487 | 1% |
| 2011 | 262.136 | 254338 | 0,97 | 7.798 | 3% |
| 2012 | 241.903 | 234430 | 0,969 | 7.473 | 3% |
| 2013 | 225.601 | 219155 | 0,971 | 6.446 | 3% |

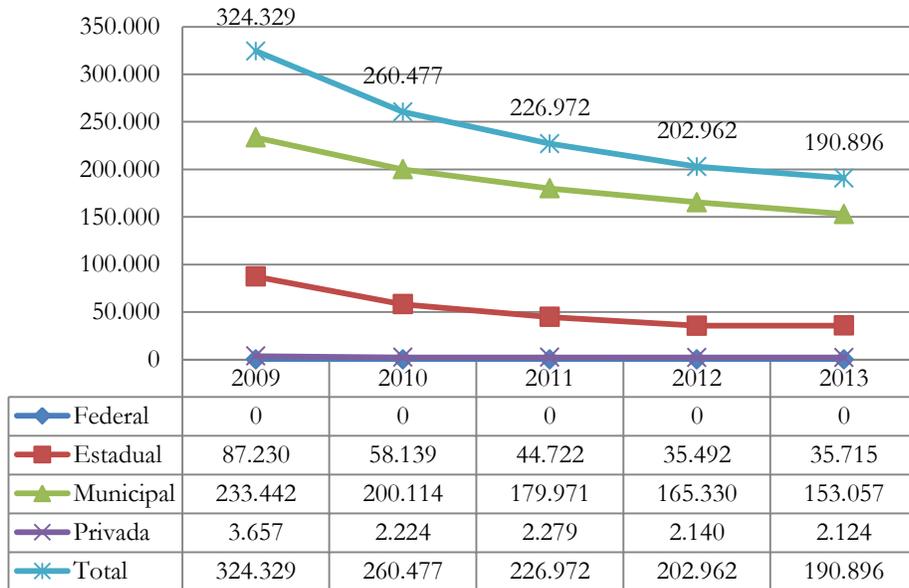
Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Como se vê o gráfico a seguir, as matrículas totais em cursos presenciais de EF na modalidade EJA caíram 41% entre 2009 e 2013. A maior diminuição ocorreu na rede estadual (59%); contudo, as redes municipais, que respondiam e ainda respondem pela maior parcela desse modelo de atendimento, responderam por 60% da diminuição das matrículas totais.

Em termos de EF na modalidade EJA integrada à educação profissional, os dados do Censo Escolar de 2009 a 2013 mostram um baixíssimo número de matrículas no período: em 2011, foram declaradas somente 96 matrículas (54% na rede federal e 46% nas redes municipais); em 2012, foram 153 matrículas

(88% na rede federal e 12% em redes municipais). Em 2013, não foram declaradas matrículas nessa categoria.

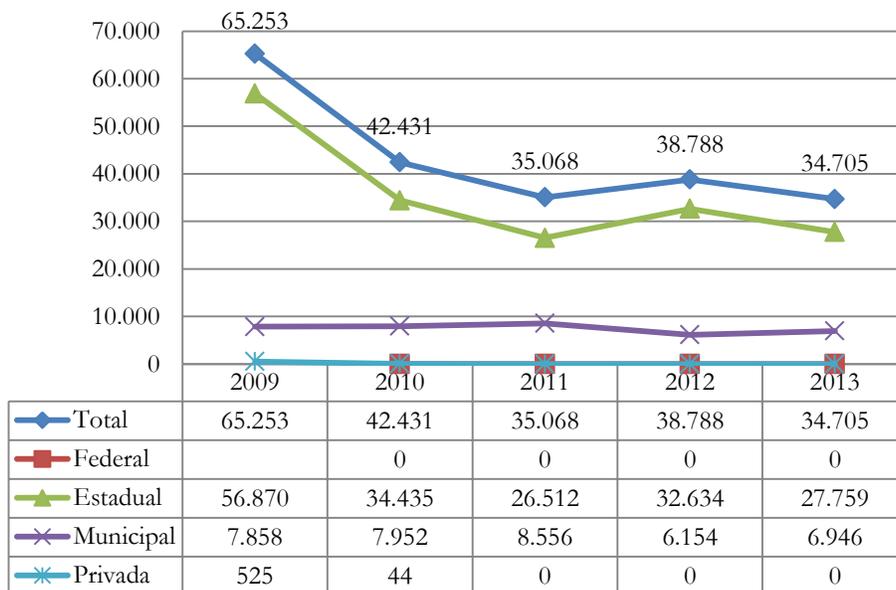
Gráfico 3 - Matrículas em cursos presenciais de EF na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 2009-2013



Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Como aponta o gráfico abaixo, a rede estadual sempre respondeu por, no mínimo, 75% da oferta de matrículas em cursos semipresenciais de EF na modalidade EJA. No período analisado (de 2009 a 2013), assistiu-se a uma queda de 47% (51% na rede estadual e 12% nas redes municipais).

Gráfico 4 - Matrículas em cursos semipresenciais de EF na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 2009-2013



Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Em relação ao EM na modalidade EJA, as matrículas também vêm declinando acentuadamente desde a implementação do Fundeb, como pode ser visto na tabela 7. A rede estadual, que sempre respondeu por, no mínimo, 92% das matrículas entre os anos de 2009 e 2013, assistiu à redução de 41% do número de matrículas no período.

Tabela 7 - Matrículas no Ensino Médio na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 2005-2013

| Ano | Total | | Federal | | Estadual | | Municipal | | Particular | |
|------|---------|---|---------|-------|----------|-----|-----------|----|------------|----|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| 2005 | 528.958 | | 32 | 0,00% | 491.473 | 93% | 15.643 | 3% | 21.810 | 4% |
| 2009 | 404.547 | | 300 | 0,10% | 379.063 | 94% | 15.631 | 4% | 9.553 | 2% |
| 2010 | 303.121 | | 328 | 0,10% | 282.796 | 93% | 15.273 | 5% | 4.724 | 2% |
| 2011 | 249.301 | | 207 | 0,10% | 230.181 | 92% | 14.926 | 6% | 3.987 | 2% |
| 2012 | 239.997 | | 150 | 0,10% | 221.507 | 92% | 14.716 | 6% | 3.624 | 2% |
| 2013 | 237.137 | | 178 | 0,10% | 218.671 | 92% | 14.502 | 6% | 3.786 | 2% |

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Em 2012, 53% das matrículas no Ensino Médio na modalidade EJA eram de mulheres; e, para 50% das pessoas matriculadas, não havia informações sobre raça/cor. Em 2013, 52% eram mulheres; e, para 52% desse total, não havia informação sobre raça/cor.

Entre 2009 e 2011, como pode ser visto na tabela 6, as matrículas de ensino médio na modalidade EJA se concentraram majoritariamente em zonas urbanas. Nas zonas rurais, houve uma queda de 25% nas matrículas entre 2009 e 2013, sendo que a rede estadual de ensino, no período analisado, sempre esteve responsável por, no mínimo, 98% das matrículas.

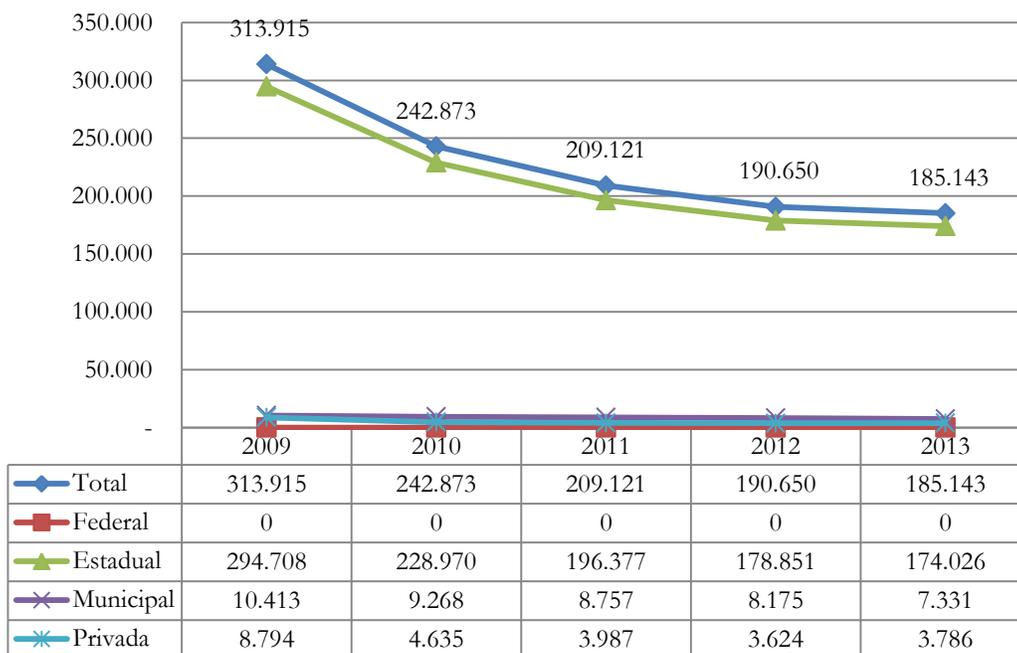
Tabela 8 - Matrículas no EM na modalidade EJA por localização no Estado de São Paulo. 2009-2013

| Ano | Total | Urbana | % Urbana | Rural | % Rural |
|------|---------|---------|----------|-------|---------|
| 2009 | 404.547 | 400.722 | 99,10% | 3.825 | 0,90% |
| 2010 | 303.121 | 300.731 | 99,20% | 2.390 | 0,80% |
| 2011 | 249.301 | 247.548 | 99,30% | 1.753 | 0,70% |
| 2012 | 239.997 | 238.698 | 99,50% | 1.299 | 0,50% |
| 2013 | 237.137 | 234.282 | 98,80% | 2.855 | 1,20% |

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Como se vê no gráfico a seguir, a rede estadual responde por praticamente 94% das matrículas em cursos presenciais de EM na modalidade EJA no Estado de São Paulo entre 2009 e 2013. Nesse período, a rede estadual reduziu em 41% o número de matrículas – foram 120 mil matrículas a menos.

Gráfico 5 - Matrículas em cursos presenciais de EM na modalidade EJA por dependência administrativo no Estado de São Paulo. 2009-2013



Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Por fim, o gráfico abaixo revela dois movimentos de cursos semipresenciais no EM na modalidade EJA ao longo do período analisado. Entre 2009 e 2011, houve significativa diminuição das matrículas (56%) e, entre 2011 e 2013, as matrículas apresentaram relativo aumento (30%). Mesmo com oferta pequena entre 2009 e 2013, as redes municipais aumentaram em 30% o número de matrículas nesse modelo.

Gráfico 6 - Matrículas em cursos semipresenciais de EM na modalidade EJA por dependência administrativa no Estado de São Paulo. 2009-2013



Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar.

Com relação ao perfil etário dos(as) estudantes de EF e EM na modalidade EJA, um estudo de Catelli et al (2014, p. 177-178) revelou os seguintes resultados:

Tendo esse cenário em vista, é importante analisar os dados de faixa etária da Educação de Jovens e Adultos para verificar se as duas modalidades atendem ao mesmo público. Aqui, São Paulo também acompanha a média nacional e, com exceção da primeira etapa do Ensino Fundamental, as matrículas da EJA são, na sua maioria, de jovens. Se considerarmos o total das matrículas na EJA, 34,4% é de jovens com idade entre 18 e 24 anos e 23,7% de adultos com 40 anos ou mais. Na primeira etapa do Ensino Fundamental, 54% das matrículas são de pessoas com 40 anos ou mais. Já na segunda etapa 27,4% das matrículas são de pessoas com idade entre 18 e 24 anos, 19,4% de pessoas entre 15 e 17 anos e 20,2% de pessoas com 40 anos ou mais. No Ensino Médio, a porcentagem de matrículas de jovens entre 18 e 24 anos sobe para 49,2% e somente 15,7% são de pessoas com 40 anos ou mais.

O atendimento de jovens e adultos no ensino regular

Pelos dados levantados do Censo Escolar entre 2002 e 2010, Catelli et al (2014, p. 178) informaram que o estado de São Paulo apresentava quantidade expressiva de jovens e adultos que, mesmo tendo atingido as idades mínimas estabelecidas para ingresso na modalidade EJA ou para inscrição em exames para certificação de equivalência de escolaridade, estavam estudando no ensino convencional.

Se considerarmos os jovens e adultos matriculados no ensino regular, temos mais 452.768 matrículas no Fundamental e 401.646 no médio neste mesmo ano. Com estes dados, o atendimento sobe para 6,4% no Ensino Fundamental e 13,3% no Médio. No entanto, seguindo a tendência observada em todo o Brasil, essas matrículas no ensino regular são quase inteiramente de jovens com idade muito próxima àquela tida como própria para a modalidade. É o que mostram os dados sobre faixa etária: 96,4% das matrículas no Ensino Fundamental regular são de jovens entre 15 e 17 anos que estão na segunda etapa. Da mesma forma, 98,3% das matrículas no Ensino Médio regular são de jovens entre 18 e 24 anos. Temos portanto que esta modalidade não atende à população adulta com baixa escolaridade, mas somente jovens com distorção idade/série.

Os dados utilizados podem ser visualizados nas tabelas 9 e 10:

Tabela 9 - Matrículas de jovens e adultos no EF convencional no Estado de São Paulo. 2002-2010

| Ano | Total | E. Fundamental - 1a a 4a | | | | E. Fundamental - 5a a 8a | | | |
|------|---------|--------------------------|--------------|--------------|------------|--------------------------|--------------|--------------|------------|
| | | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 29 anos | mais de 29 | 15 a 17 anos | 18 a 24 anos | 25 a 29 anos | mais de 29 |
| 2002 | 693.025 | 10.804 | 1.617 | 667 | 3.236 | 608.274 | 61.594 | 3.127 | 3.706 |
| 2003 | 613.126 | 9.095 | 2.277 | 1.190 | 5.191 | 544.260 | 44.526 | 2.652 | 3.935 |
| 2004 | 572.303 | 7.555 | 2.065 | 1.196 | 5.812 | 515.534 | 34.389 | 2.138 | 3.614 |
| 2005 | 554.226 | 6.420 | 1.254 | 820 | 4.794 | 512.727 | 25.754 | 1.004 | 1.453 |
| 2006 | 536.385 | 5.249 | 1.062 | 746 | 4.660 | 502.989 | 19.777 | 711 | 1.191 |
| 2007 | 489.353 | 4.623 | 980 | 624 | 3.523 | 459.645 | 17.046 | 820 | 2.092 |
| 2008 | 470.859 | 3.996 | 569 | 66 | 98 | 450.339 | 14.664 | 405 | 722 |
| 2009 | 451.139 | 3.434 | 366 | 46 | 86 | 434.678 | 11.798 | 233 | 498 |
| 2010 | 452.768 | 3.393 | 194 | 20 | 30 | 436.676 | 11.816 | 188 | 451 |

Fonte: MEC/Inep, Censos escolares.

Tabela 10 - Matrículas de jovens e adultos no EM convencional no Estado de São Paulo, 2002-2010

| Ano | E. Médio | | | |
|------|----------|--------------|--------------|------------|
| | Total | 18 a 24 anos | 25 a 29 anos | mais de 29 |
| 2002 | 748.268 | 700.830 | 26.495 | 20.943 |
| 2003 | 707.834 | 666.747 | 23.029 | 18.058 |
| 2004 | 634.319 | 603.400 | 17.286 | 13.633 |
| 2005 | 559.102 | 536.998 | 12.384 | 9.720 |
| 2006 | 491.606 | 474.473 | 9.813 | 7.320 |
| 2007 | 439.873 | 426.552 | 7.568 | 5.753 |
| 2008 | 422.337 | 412.153 | 5.646 | 4.538 |
| 2009 | 395.329 | 388.132 | 3.998 | 3.199 |
| 2010 | 401.646 | 394.827 | 3.757 | 3.062 |

Fonte: MEC/Inep, Censos escolares.

Os Programas Federais no Estado de São Paulo⁷

Pelos dados apresentados acima, é significativo o contingente de pessoas analfabetas na população paulista com 15 anos ou mais de idade, sobretudo entre aquelas pessoas com mais de 50 anos de idade, conforme já apontado por Di Pierro e Vieira (2008, p. 02), para quem:

Mesmo sendo o maior produtor de riqueza do país, o Estado de São Paulo não escapa às consequências sociais da desigual distribuição de riqueza, dentre as quais se inscreve o analfabetismo. Embora apresente taxa média de analfabetismo [...], inferior à média nacional, São Paulo abriga o segundo maior contingente de pessoas que não sabem ler ou escrever, sendo superado apenas pela Bahia.

Atualmente, a principal política pública nacional de alfabetização de jovens e adultos é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), iniciativa do Governo Federal com execução descentralizada pelos estados e municípios. Em São Paulo, o governo estadual não aderiu ao Programa, e o Brasil Alfabetizado tem pequenas dimensões: em 2005 o PBA registrou 85.090 inscrições, reduzidas a 72.738 em 2006; em 2007 as inscrições caíram abruptamente para 18.068, reduzindo-se ainda mais em 2008 para 8.477; em 2009 as inscrições voltaram a crescer para 13.861, porém declinaram novamente em 2010 para 10.891.

Outra iniciativa federal, o Projovem original, vigente entre 2005 e 2008, recebeu 2.630 inscrições no Estado, 65% das quais na Capital, e as demais em dez municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo. Depois que o Programa foi reformulado em 2008, alguns municípios de médio e grande porte do interior e do litoral ingressaram, e a Capital não mais participou. Nas turmas que se iniciaram entre 2008 e 2010, o Projovem Urbano teve turmas em 18 municípios do Estado, totalizando 26.643 inscritos.

A política estadual de alfabetização de jovens e adultos

Conforme mencionado anteriormente, o governo estadual paulista retirou-se da oferta direta da alfabetização e das séries iniciais de EJA em 1996, delegando tal atendimento aos municípios. Entretanto, em 1997 a SEE-SP deu início, na Metropolitana da Capital, a uma parceria com ONGs em um programa de alfabetização de jovens e adultos, que, em 2003, receberia a denominação de Programa de Alfabetização e Inclusão de Jovens e Adultos (PAI). Em 2008, passou a se chamar Programa Alfabetiza São Paulo.

⁷ Não foi possível sistematizar, nesta versão preliminar, dados sobre outros programas federais de EJA no Estado de São Paulo, como o PROEJA o PRONATEC e o PRONERA.

Tabela 11 - Evolução do atendimento e do financiamento do Programa Alfabetiza São Paulo. 1997-2013

| Ano | Nº de Núcleos (meta) | Nº de Alunos (meta) | Nº Médio de Alunos por Núcleo/Ano (calculado pela meta) | Investimento | Média Gasto/Núcleo Anual (calculado pela meta) | Média Gasto/Aluno Anual (calculado pela meta) | Valor Anual Per Capita Aluno Ensino Fundamental I FUNDEF (Mínimo Nacional) |
|------------|---------------------------------|-------------------------------|--|----------------------------|--|---|---|
| 1997 | 160 | 4.000 | 25 | R\$ 67.025,00 | R\$ 418,90 | R\$ 16,75 | R\$ 300,00 |
| 1998 | 160 | 4.000 | 25 | R\$ 374.615,00 | R\$ 2.341,34 | R\$ 93,65 | R\$ 315,00 |
| 1999 | 660 | 16.500 | 25 | R\$ 887.744,74 | R\$ 1.345,11 | R\$ 53,80 | R\$ 315,00 |
| 2000 | 660 | 16.500 | 25 | R\$ 1.502.158,28 | R\$ 2.275,99 | R\$ 91,03 | R\$ 333,00 |
| 2001 | 1.150 | 28.750 | 25 | R\$ 2.233.477,48 | R\$ 1.942,15 | R\$ 77,68 | R\$ 363,00 |
| 2002 | 1.530 | 38.250 | 25 | R\$ 3.648.096,20 | R\$ 2.384,37 | R\$ 95,37 | R\$ 418,00 |
| 2003 | 1.630 | 40.750 | 25 | R\$ 4.673.043,50 | R\$ 2.866,89 | R\$ 114,67 | R\$ 446,00 |
| 2004 | 1.630 | 40.750 | 25 | R\$ 5.461.451,14 | R\$ 3.350,58 | R\$ 134,02 | R\$ 537,71 |
| 2005 | 1.630 | 40.750 | 25 | R\$ 5.735.345,50 | R\$ 3.518,61 | R\$ 140,74 | R\$ 620,56 |
| 2006 (a) | 1.580 | 39.500 | 25 | R\$ 5.813.899,50 | R\$ 3.679,68 | R\$ 147,18 | R\$ 682,00 |
| Ano | Nº de Núcleos Instalados | Nº de Alunos Inscritos | Nº Médio de Alunos por Núcleo/Ano (calculado pela qtde. de alunos inscritos e núcleos instalados) | Investimento | Média Gasto/Núcleo Anual (calculado pela qtde. de núcleos instalados) | Média Gasto/Aluno Anual (calculado pela qtde. de alunos inscritos) | Valor Anual Per Capita Aluno EJA FUNDEF Estado de São Paulo |
| 2006 (b) | 1.598 | 27.669 | 17,3 | <i>vide linha 2006 (a)</i> | R\$ 3.638,23 | R\$ 210,12 | <i>vide linha 2006 (a)</i> |
| 2007 | 1.276 | 22.729 | 17,8 | R\$ 6.039.371,50 | R\$ 3.779,33 | R\$ 265,71 | R\$ 1.292,03 |
| 2008 | 1.650 | 31.437 | 19 | R\$ 6.590.330,00 | R\$ 3.994,13 | R\$ 209,63 | R\$ 1.439,33 |
| 2009 | 1.549 | 35.106 | 22,6 | R\$ 6.590.330,00 | R\$ 4.254,57 | R\$ 187,72 | R\$ 1.571,87 |
| 2010 | 1.727 | 32.612 | 18,8 | R\$ 8.463.732,00 | R\$ 4.900,82 | R\$ 259,52 | R\$ 1.851,24 |
| 2011 | 1.675 | 31.509 | 18,8 | R\$ 9.492.132,00 | R\$ 5.666,94 | R\$ 301,25 | R\$ 2.112,30 |
| 2012 | 1.554 | 27.631 | 17,7 | R\$ 8.985.321,35 | R\$ 5.782,06 | R\$ 325,18 | R\$ 2.554,25 |
| 2013 | 1.338 | 21.787 | 16,2 | R\$ 8.879.916,00 | R\$ 6.636,70 | R\$ 407,57 | R\$ 2.525,24 |
| | | | | R\$ 85.437.989,19 | | | |

Fonte: Pastore (2014), com dados da SEE/SP (COFI, CIMA e CGEB) e FNDE.

Seus cursos têm até dois anos de duração e equivalência às séries iniciais do Ensino Fundamental, porém a continuidade de estudos nas séries finais requer que os alunos sejam submetidos às provas de equivalência realizadas em unidades de ensino da rede estadual. Recente estudo de Pastore (2014) reuniu informações de que as cinco ONGs conveniadas⁸ atenderam, ao longo de dezesseis anos, 503.330 pessoas em 21.950 salas de alfabetização (núcleos) instaladas mediante a aplicação de R\$ 85.437.989,19. O programa é financiado com recursos do Salário-Educação, e as matrículas não são contabilizadas no Censo Escolar. Como se observa na tabela acima, trata-se de um programa de baixo custo, em que o investimento por aluno é muitas vezes inferior ao valor de referência para a EJA no Fundeb.

⁸ As organizações conveniadas são: Instituto Brasileiro de Estudos e Ação Comunitária - IBEAC (desde 1997), Comunidade Kolping de Guaianazes (desde 1999), Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social da Grande São Paulo - CCECAS (desde 2001), Instituto Tecnológico Diocesano de Santo Amaro - ITD (desde 2002) e Alfabetização Solidária (desde 2010).

A partir de 2003 o PAI incorporou uma outra vertente no âmbito do Programa Escola da Família, que mantém escolas abertas nos finais de semana para atividades educativas e de lazer desenvolvidas por estudantes bolsistas de instituições de ensino superior privadas conveniadas, inclusive alfabetização de jovens e adultos. Sobre esta segunda vertente, não foi possível obter qualquer informação quantitativa.

Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA)

Tabela 12 - Matrículas em unidades do CEEJA por etapa e municípios do Estado de São Paulo. 2014

| Nº | Município | CEEJA | Matrículas no EF | | Matrículas no EM | | Total | |
|--------------|---------------------|---------------------------------------|------------------|-----|------------------|-----|--------------|--------|
| | | | | | | | | |
| 1 | Americana | Alda Marangoni França | 976 | 30% | 2304 | 70% | 3280 | 4,2% |
| 2 | Avaré | Avaré | 91 | 36% | 160 | 64% | 251 | 0,3% |
| 3 | Barretos | Barretos | 176 | 35% | 328 | 65% | 504 | 0,6% |
| 4 | Bauru | Presidente Tancredo Neves | 1469 | 31% | 3262 | 69% | 4731 | 6,0% |
| 5 | Botucatu | Botucatu | 556 | 36% | 1010 | 64% | 1566 | 2,0% |
| 6 | Campinas | Jeanette Andrade G. A. Martins | 451 | 29% | 1081 | 71% | 1532 | 1,9% |
| 7 | Campinas | Paulo Decourt | 330 | 33% | 670 | 67% | 1000 | 1,3% |
| 8 | Caraguatatuba | Caraguatatuba | 215 | 34% | 410 | 66% | 625 | 0,8% |
| 9 | Itaquaquecetuba | Itaquaquecetuba | 123 | 33% | 248 | 67% | 371 | 0,5% |
| 10 | Jaboticabal | Hernani Nobre | 644 | 33% | 1299 | 67% | 1943 | 2,5% |
| 11 | Jaú | Jaú | 314 | 40% | 475 | 60% | 789 | 1,0% |
| 12 | Lins | Lins | 339 | 37% | 577 | 63% | 916 | 1,2% |
| 13 | Marília | Sebastiana Ulian Pessini | 726 | 26% | 2116 | 74% | 2842 | 3,6% |
| 14 | Mauá | Valberto Fusari | 547 | 30% | 1278 | 70% | 1825 | 2,3% |
| 15 | Miracatu | Miracatu | 262 | 42% | 364 | 58% | 626 | 0,8% |
| 16 | Mogi das Cruzes | Mogi das Cruzes | 308 | 31% | 671 | 69% | 979 | 1,2% |
| 17 | Penápolis | Penápolis | 224 | 41% | 319 | 59% | 543 | 0,7% |
| 18 | Piracicaba | Antonio José Falconi | 923 | 31% | 2033 | 69% | 2956 | 3,7% |
| 19 | Piraju | Piraju | 127 | 35% | 237 | 65% | 364 | 0,5% |
| 20 | Praia Grande | Max Dadá Gallizi | 1134 | 32% | 2379 | 68% | 3513 | 4,4% |
| 21 | Presidente Prudente | José Libânio Filho | 466 | 28% | 1190 | 72% | 1656 | 2,1% |
| 22 | Registro | Ricardo José Poci | 776 | 39% | 1224 | 61% | 2000 | 2,5% |
| 23 | Ribeirão Preto | Cecília Dutra Caran | 1130 | 32% | 2354 | 68% | 3484 | 4,4% |
| 24 | Santos | Guarujá | 394 | 31% | 897 | 69% | 1291 | 1,6% |
| 25 | Santos | Maria Aparecida Pasqualeto Figueiredo | 669 | 25% | 1968 | 75% | 2637 | 3,3% |
| 26 | Santos | Archimedes José Bava | 1669 | 32% | 3606 | 68% | 5275 | 6,7% |
| 27 | São José dos Campos | São José dos Campos | 1606 | 29% | 3905 | 71% | 5511 | 7,0% |
| 28 | São Paulo | Clara Mantelli | 2758 | 29% | 6602 | 71% | 9360 | 11,8% |
| 29 | Sorocaba | Norberto Soares Ramos | 3074 | 35% | 5828 | 65% | 8902 | 11,3% |
| 30 | Taubaté | Cícero de Alvarenga | 1550 | 33% | 3161 | 67% | 4711 | 6,0% |
| 31 | Votorantim | Votorantim | 900 | 30% | 2150 | 70% | 3050 | 3,9% |
| TOTAL | | | 24927 | 32% | 54106 | 68% | 79033 | 100,0% |

Fonte: SEE-SP

As 31 unidades do CEEJA da rede estadual de São Paulo atendem, em levantamento de 2014 cedido pela SEE, mais de 79 mil estudantes da modalidade EJA, sendo 32% de EF e 68% de EM. Como pode ser visto na tabela12, as unidades de São Paulo e de Sorocaba respondem sozinhas por mais de um quinto das matrículas nesse formato.

Segundo as informações oficiais, “o diferencial do modelo é que ele oferece carga horária flexível e dá oportunidade a alunos com mais de 18 anos que querem voltar à sala de aula por não terem tido acesso à escolarização na idade certa ou por terem interrompido os estudos”⁹. No CEEJA, o estudante recebe o material de ensino no ato da matrícula e é orientado a criar um plano de estudos para que, quando sentir necessidade, recorra à unidade em que está matriculado para tirar dúvidas presenciais com professores que ficam à disposição na unidade e ainda tem a possibilidade de marcar as provas de cada disciplina, conforme datas em que forem mais adequadas. Pelas informações oficiais, a SEE apontou que 34% dos 70 mil matriculados em toda rede do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos estavam afastados havia 11 anos das escolas, a maioria era do sexo feminino (60%), tinha entre 30 e 50 anos (42%) e possuía emprego formal (43%).

EJA e educação profissional

Apresentam-se nesta seção os programas de educação profissional intencionalmente articulados com ações de alfabetização e educação básica de jovens e adultos. Optou-se por não elencar aqui programas que verssem unicamente de educação profissional.

Vence Concomitante

Criado em 2011, o Programa VENCE Concomitante, desenvolvido pela SEE, segundo Manual do Aluno¹⁰, objetiva estimular a realização do Ensino Médio concomitante à **Educação Profissional Técnica de Nível Médio**, possibilitando inclusive estudantes da EJA das escolas estaduais obter formação e certificado de um curso técnico. Cada estudante pode indicar até duas opções de cursos, e a seleção é feita por meio de sorteio eletrônico para cada município, curso e turno. A gratuidade dos cursos só se mantém caso os estudantes frequentem e sejam aprovados no curso, cabendo ao estudante pagar, por exemplo, por eventuais despesas com reprovação. Segundo informações constantes do site da SEE-SP, registrou 64.852 matrículas até o final de 2013, com previsão de oferta de mais 20 mil vagas no primeiro semestre de 2014; em 2013, os investimentos tinham previsão de somar mais de R\$ 100 milhões. Os estudantes não recebem bolsa auxílio para custear alimentação, transporte ou custos extras relacionados à compra de materiais de consumo utilizados, por exemplo, em laboratórios.

Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ)

Lançado em 2008 pela Secretaria do Emprego e das Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, é um programa de qualificação profissional voltado prioritariamente para aquelas pessoas desempregadas,

⁹Informações coletadas em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/educacao-oferece-centro-de-estudos-com-aulas-flexiveis-para-quem-quer-voltar-a-escola-em-2014>.

¹⁰ Disponível em <http://www.vence.sp.gov.br/remt/av/outros/site/pdf/manualDoAluno.pdf>.

com idade entre 30 e 59 anos e sem o ensino fundamental completo. Segundo informações oficiais¹¹, o programa atendeu mais de 8.400 pessoas em 2012. Cada cursista recebe uma bolsa-auxílio de R\$210 mensais, além de auxílio transporte, lanche e material didático ao longo de, no máximo, três meses. O PEQ oferece cursos com carga horária de cerca de 230 horas, divididas em habilidades gerais (150 horas) – com reforço do ensino básico (português, matemática, conhecimentos gerais e cidadania) – e em habilidades específicas (80 horas), com aulas teóricas e práticas sobre a profissão de interesse.

ViaRápida

O Via Rápida Emprego¹² é um programa coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SDECT) que oferece **cursos básicos de qualificação profissional**. O critério de oferta é, segundo as informações oficiais, de acordo com a demanda. Seu objetivo é capacitar, por meio da oferta de cursos gratuitos, a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho ou que deseja ter seu próprio negócio. Podem participar do programa pessoas maiores de 16 anos, alfabetizadas e que residam no Estado de São Paulo, sendo que há prioridade para candidatos que estejam desempregados, jovens matriculados no ensino médio nas escolas públicas estaduais, idosos, pessoas com deficiência, beneficiários dos programas estaduais de transferência de renda Ação Jovem e Renda Cidadã, reeducando em regime semiaberto e egressos do sistema penitenciário.

O programa oferece mais de 150 modalidades de cursos gratuitos, nas áreas da construção civil, comércio, serviços e indústria, com duração de 30 a 90 dias, dependendo do tipo de ocupação. As aulas são ministradas de segunda a sábado em unidades fixas do Via Rápida Emprego localizadas em regiões estratégicas do Estado e em unidades móveis (carretas) que são estruturadas com laboratórios e espaços adequados para a qualificação do trabalhador. As aulas também são realizadas em Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) do Centro Paula Souza, em salas descentralizadas de escolas estaduais, unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), da Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape) e da Associação de Deficientes Visuais (Adeva).

Os estudantes recebem material didático, subsídio de transporte no valor de R\$ 150 e auxílio alimentação de R\$ 100. Os desempregados, sem seguro-desemprego ou benefício previdenciário, também têm direito à bolsa-auxílio mensal de R\$ 210 durante o curso, podendo receber o total de R\$ 460.

EJA Mundo do Trabalho

A Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SDECT) do Estado de São Paulo desenvolve o Programa EJA Mundo do Trabalho¹³, que, por meio de uma parceria com a SEE-SP, oferece educação para jovens e adultos, com conteúdos que dialogam diretamente com o mundo do trabalho. Segundo o desenho do programa, é de responsabilidade da SDECT fornecer os materiais didáticos elaborados especialmente para as aulas e, ainda, capacitar os professores, no que se refere à concepção e à

¹¹ Para saber mais, veja: <http://www.emprego.sp.gov.br/qualificacao-profissional/peq-programa-estadual-de-qualificacao-profissional/>.

¹² Para mais informações, veja, www.viarapida.sp.gov.br.

¹³ Para mais informações, veja: <http://www.ejamundodotrabalho.sp.gov.br/>.

proposta metodológica do programa. Cabe às prefeituras conveniadas a contratação de professores e a disponibilização de infraestrutura e logística necessárias para a execução do programa, que atende jovens e adultos que finalizaram o Ensino Fundamental - Ciclo I (5º ano ou a antiga 4ª série), mas que não puderam continuar os estudos. Pelas informações disponíveis no site, 221 municípios oferecem o programa. Todos os materiais didáticos e vídeos estão disponíveis no site do programa.

Exames para equivalência de escolaridade

Atualmente, há três principais maneiras de buscar a equivalência do diploma dos ensinos fundamental e médio no estado de São Paulo: o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o Exame Nacional de Ensino Médio e o exame supletivo próprio da SEE-SP. Os dois primeiros, oferecidos pela SEE-SP, são políticas federais sob coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ligado ao MEC.

Pelos dados da tabela 13, é possível verificar que a SEE-SP emitiu 3.945 certificados de equivalência de EF a partir dos resultados alcançados por aquelas pessoas que participaram do Encceja em 2013. O município de SP concentrou quase 20% dos certificados emitidos.

Com relação ao Enem, a tabela 14 mostra que, em 2013, 2.544 tiveram os certificados de equivalência do EM emitidos pelo SEE-SP após alcançar os critérios mínimos de certificação (450 pontos nas provas objetivas e 500 pontos na redação). O município de São Paulo concentrou mais de 58% dos diplomas emitidos

O exame supletivo próprio da SEE-SP¹⁴, que não foi realizado em 2013. Quando realizado, ele se constitui por um conjunto de provas para cada etapa da educação: para o ensino fundamental são 4 provas (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza) e para o ensino médio também são 4 provas (Linguagens, códigos e suas tecnologias e Redação; Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física; Matemática e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias. Cada prova é constituída por 30 itens de múltipla escolha. Para eliminar cada área, é preciso acertar metade dos itens; no caso da redação, é preciso tirar cinco ou mais pontos (de um total de 10 pontos). As provas são realizadas em apenas um dia, com duas horas e meia de duração para cada uma delas.

¹⁴ Para mais informações, veja: <http://www.educacao.sp.gov.br/portal/area-reservada/terceiros/exames-supletivos>.

Tabela 13

Certificados de EF emitidos pela SEE-SP a partir dos resultados do Enceja no Estado de São Paulo. 2013

| Região | Certificados emitidos | | Região | Certificados emitidos | |
|-------------------|-----------------------|------|----------------------|-----------------------|---------------|
| ADAMANTINA | 25 | 0,6% | LINS | 60 | 1,5% |
| AMERICANA | 30 | 0,8% | MARILIA | 23 | 0,6% |
| ANDRADINA | 14 | 0,4% | MAUA | 52 | 1,3% |
| ARACATUBA | 32 | 0,8% | M. DO PARANAPANEMA | 19 | 0,5% |
| ARARAQUARA | 34 | 0,9% | MOGI DAS CRUZES | 97 | 2,5% |
| ASSIS | 26 | 0,7% | MOGI MIRIM | 106 | 2,7% |
| AVARE | 43 | 1,1% | OSASCO | 39 | 1,0% |
| BARRETOS | 33 | 0,8% | OURINHOS | 57 | 1,4% |
| BAURU | 62 | 1,6% | PENAPOLIS | 29 | 0,7% |
| BIRIGUI | 28 | 0,7% | PINDAMONHANGABA | 18 | 0,5% |
| BOTUCATU | 27 | 0,7% | PIRACICABA | 31 | 0,8% |
| BRAGANCA PAULISTA | 103 | 2,6% | PIRAJU | 10 | 0,3% |
| CAIEIRAS | 66 | 1,7% | PIRASSUNUNGA | 30 | 0,8% |
| CAMPINAS | 33 | 0,8% | PRE.S E PRUDENTE | 46 | 1,2% |
| CAPIVARI | 59 | 1,5% | REGISTRO | 20 | 0,5% |
| CARAGUATATUBA | 62 | 1,6% | RIBEIRAO PRETO | 26 | 0,7% |
| CARAPICUIBA | 55 | 1,4% | SANTO ANASTACIO | 14 | 0,4% |
| CATANDUVA | 21 | 0,5% | SANTO ANDRE | 76 | 1,9% |
| DIADEMA | 21 | 0,5% | SANTOS | 35 | 0,9% |
| FERNANDOPOLIS | 12 | 0,3% | S. BERNARDO CAMPO | 91 | 2,3% |
| FRANCA | 27 | 0,7% | SAO CARLOS | 37 | 0,9% |
| GUARATINGUETA | 39 | 1,0% | S. JOAO DA BOA VISTA | 81 | 2,1% |
| GUARULHOS | 115 | 2,9% | S. JOAQUIM DA BARRA | 21 | 0,5% |
| ITAPECERICA SERRA | 51 | 1,3% | S. J. DO RIO PRETO | 48 | 1,2% |
| ITAPETININGA | 92 | 2,3% | S. JOSE DOS CAMPOS | 21 | 0,5% |
| ITAPEVA | 59 | 1,5% | SÃO PAULO | 756 | 19,2% |
| ITAPEVI | 78 | 2,0% | SAO ROQUE | 68 | 1,7% |
| ITAQUAQUECETUBA | 73 | 1,9% | SAO VICENTE | 57 | 1,4% |
| ITARARE | 21 | 0,5% | SERTAOZINHO | 39 | 1,0% |
| ITU | 49 | 1,2% | SOROCABA | 18 | 0,5% |
| JABOTICABAL | 15 | 0,4% | SUMARE | 43 | 1,1% |
| JACAREI | 58 | 1,5% | SUZANO | 80 | 2,0% |
| JALES | 11 | 0,3% | TABOAO DA SERRA | 52 | 1,3% |
| JAU | 22 | 0,6% | TAUBATE | 21 | 0,5% |
| JOSE BONIFACIO | 12 | 0,3% | TUPA | 43 | 1,1% |
| JUNDIAI | 34 | 0,9% | VOTORANTIM | 27 | 0,7% |
| LIMEIRA | 96 | 2,4% | VOTUPORANGA | 16 | 0,4% |
| | | | Total | 3945 | 100,0% |

Fonte: SEE-SP

Tabela 14

Certificados de EF emitidos pela SEE-SP a partir dos resultados do Encceja no Estado de São Paulo. 2013

| Município | Certificados emitidos | | Município | Certificados Emitidos | |
|-------------------|-----------------------|------|----------------------|-----------------------|--------|
| ADAMANTINA | 3 | 0,1% | LINS | 7 | 0,3% |
| AMERICANA | 10 | 0,4% | MARILIA | 12 | 0,5% |
| ANDRADINA | 3 | 0,1% | MAUA | 32 | 1,3% |
| APIAI | 2 | 0,1% | MOGI DAS CRUZES | 16 | 0,6% |
| ARACATUBA | 5 | 0,2% | MOGI MIRIM | 22 | 0,9% |
| ARARAQUARA | 3 | 0,1% | OSASCO | 28 | 1,1% |
| ASSIS | 11 | 0,4% | OURINHOS | 8 | 0,3% |
| BARRETOS | 1 | 0,0% | PENAPOLIS | 1 | 0,0% |
| BAURU | 30 | 1,2% | PINDAMONHANGABA | 15 | 0,6% |
| BOTUCATU | 5 | 0,2% | PIRACICABA | 4 | 0,2% |
| BRAGANCA PAULISTA | 5 | 0,2% | PIRAJU | 2 | 0,1% |
| CAIEIRAS | 11 | 0,4% | PIRASSUNUNGA | 19 | 0,7% |
| CAMPINAS | 52 | 2,0% | PRES. PRUDENTE | 10 | 0,4% |
| CAPIVARI | 5 | 0,2% | REGISTRO | 5 | 0,2% |
| CARAGUATATUBA | 4 | 0,2% | RIBEIRAO PRETO | 24 | 0,9% |
| CARAPICUIBA | 27 | 1,1% | SANTO ANASTACIO | 1 | 0,0% |
| CATANDUVA | 1 | 0,0% | SANTO ANDRE | 86 | 3,4% |
| DIADEMA | 28 | 1,1% | SANTOS | 32 | 1,3% |
| FRANCA | 29 | 1,1% | S. BERNARDO CAMPO | 74 | 2,9% |
| GUARATINGUETA | 29 | 1,1% | SAO CARLOS | 3 | 0,1% |
| GUARULHOS | 22 | 0,9% | S. JOAO DA BOA VISTA | 4 | 0,2% |
| ITAPECERICA SERRA | 14 | 0,6% | S. JOAQUIM DA BARRA | 7 | 0,3% |
| ITAPETININGA | 2 | 0,1% | S. JOSE DO RIO PRETO | 21 | 0,8% |
| ITAPEVA | 4 | 0,2% | SAO JOSE DOS CAMPOS | 41 | 1,6% |
| ITAPEVI | 32 | 1,3% | SÃO PAULO | 1483 | 58,3% |
| ITAQUAQUECETUBA | 8 | 0,3% | SAO ROQUE | 3 | 0,1% |
| ITARARE | 1 | 0,0% | SAO VICENTE | 28 | 1,1% |
| ITU | 12 | 0,5% | SERTAOZINHO | 4 | 0,2% |
| JABOTICABAL | 3 | 0,1% | SOROCABA | 31 | 1,2% |
| JACAREI | 22 | 0,9% | SUMARE | 8 | 0,3% |
| JAU | 9 | 0,4% | SUZANO | 7 | 0,3% |
| JOSE BONIFACIO | 2 | 0,1% | TABOAO DA SERRA | 36 | 1,4% |
| JUNDIAI | 42 | 1,7% | TAUBATE | 6 | 0,2% |
| LIMEIRA | 21 | 0,8% | TUPA | 3 | 0,1% |
| | | | Total | 2544 | 100,0% |

Fonte: SEE-SP

Educação nas prisões

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação aprovou e o Ministério da Educação homologou as Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões, que estabeleceu que a oferta educacional nos sistemas prisionais deveria estar vinculada e sob responsabilidade dos sistemas estaduais de educação. Paralelamente, em 2011, a Lei nº 12.433, que alterou a Lei de Execução Penal, estabeleceu a remição de 01 (um) dia de pena para cada 12h de frequência escolar divididas, no mínimo, em 03 (três) dias, podendo ser dedicadas ao ensino fundamental, médio, superior ou profissionalizante; o tempo a remir terá um acréscimo de 1/3 (um terço) do total em caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior.

No Estado de São Paulo, o Decreto nº 57.238, de 2011, instituiu o Programa de Educação nas Prisões, regulamentado pela Resolução Conjunta nº 01 de 2013 entre Secretaria Estadual de Educação com a Secretaria de Administração Penitenciária, que afirma a oferta de EJA para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado.

De acordo com dados do Ministério da Justiça relativos a 2010, São Paulo possuía a maior população carcerária do país: 170.916 presos (34% do total nacional). Embora a maioria – 58% - não tivessem concluído o Ensino Fundamental, apenas 8,8% tinham acesso a algum tipo de educação.

Tabela 15

Quantidade de Presos em Atividade Educacional no Estado de São Paulo por segmento (2010)

| Segmento | Frequência | % |
|--------------------|------------|------|
| Total | 14.971 | 8,8% |
| Alfabetização | 4.383 | 2,6% |
| Ensino Fundamental | 6.144 | 3,6% |
| Ensino Médio | 3.214 | 1,9% |
| Ensino Superior | 196 | 0,1% |
| Cursos Técnicos | 1.034 | 0,6% |

* Os dados referem-se à população carcerária custodiada no sistema penitenciário.

Estão excluídos do gráfico os presos em unidades policiais.

Fonte: Ministério da Justiça. InfoPen, dez/2010

A Ação Educativa e Pastoral Carcerária, com apoio do Grupo Educação nas Prisões, apontou dados importantes em uma pesquisa realizada sobre o perfil educacional e a demanda por educação nas prisões paulistas¹⁵. Dentre as cerca de 600 entrevistados, 53% nunca estudaram na prisão; já 74% dos que estudaram na prisão fizeram cursos preparatórios para certificação de escolaridade via exames. Dos que nunca estudaram nas prisões, 38% apontam como motivo a coincidência de horário entre estudo e trabalho.

¹⁵ As informações apresentadas aqui são provenientes da publicação Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo, lançada em 2013 e fruto de pesquisas realizadas pela Ação Educativa em parceria com a Pastoral Carcerária, e apoiada pelo Grupo de Educação nas Prisões. Para acessar a publicação na íntegra, acesse: http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/educ_prisos.pdf.

EJA nos plano de educação

Atualmente, o Brasil não possui um Plano Nacional de Educação em vigência, pois desde 2011 o Projeto de Lei Nº 8.035 está em tramitação no Congresso Nacional e, somente em 2013, ele foi devolvido à Câmara dos Deputados para apreciação, após dois anos no Senado Federal.

Pelos dados apresentados pelo MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) de 2011, pesquisa realizada periodicamente pelo IBGE, no Brasil, perto de 30% dos municípios e 60% dos estados não tinham planos de educação. Atualmente, o Estado de São Paulo não possui um plano de educação em vigência. As duas propostas de plano (um deles encaminhado pelo Executivo e outro por uma articulação de organizações, movimentos e defensores do direito à educação) ficaram parados na Assembleia Legislativa do Estado.

A pesquisa do IBGE apontou que 64% dos 645 municípios paulistas possuíam secretaria municipal exclusiva para tratar da política educacional, 28% ainda se dividem com outras políticas e 8% revelaram que o órgão gestor da educação no município está subordinado diretamente à chefia do executivo. O Estado de São Paulo concentrava até então 37% dos municípios nesta última condição. Revelou ainda que 60% dos municípios paulistas não tinham plano municipal de educação. Desse grupo, 82% informaram que a EJA era uma modalidade abordada pelo seu respectivo plano, 12% informaram que tratavam de Educação Profissional e cerca de 4,5% informaram abordar Educação no campo.

Dos 645 municípios paulistas, 46,5% informaram que possuíam, em 2011, um sistema municipal de educação próprio, enquanto os demais estavam integradas ao sistema estadual de educação. No Estado, 98% dos municípios paulistas informaram que possuíam Conselho Municipal de Educação, sendo que 97% afirmaram ter realizado reunião nos últimos doze meses anteriores ao preenchimento da pesquisa, que revelou ainda que 90% dos conselhos tinham caráter consultivo, 90% tinham caráter deliberativo, 70% tinham caráter normativo e 97% tinham caráter fiscalizador. Em termos de composição, os 81,4% dos Conselhos Municipais de Educação apresentavam composição paritária, 9,3% informaram ter maior representação governamental e 9,3% informaram ter maior representação de sociedade civil.

Com relação aos conselhos relacionados às políticas educacionais, 98% dos municípios paulistas apontaram ter Conselho de Controle e Acompanhamento do Fundeb, 89% informaram que possuíam conselhos escolares, 96% disseram ter Conselho de Alimentação Escolar e, por fim, somente 17% tinham Conselho de Transporte Escolar. Por fim, 33% dos municípios paulistas informaram possuir um Fundo Municipal de Educação em 2011. Dessa parcela, 40% disseram que a gestão desse fundo era feito pelo Gabinete do Prefeito e 38% pela Secretaria Municipal de Educação.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, R. L. S. (coord.) *Perfil dos gastos educacionais nos municípios brasileiro (ano base 2009)*. Relatório de pesquisa. Brasília, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 2012.
- CALLEGARI, C. (org.). *FUNDEB: financiamento da educação pública no Estado de São Paulo*, 3ª ed. São Paulo, Ground, 2008.
- CATELLI JR, Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (Orgs.). *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados*. São Paulo: Ação Educativa, 2014, ISBN: 978-85-86382-33-8. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org/index.php/component/content/article/54-institucional/1132-pesquisas-concluidas> .

- CARA, D.; ARAÚJO, L. *Nota técnica*: por que 7% do PIB para a educação é pouco? Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ago. 2011. Disponível em <http://portal.aprendiz.uol.com.br/wp-content/uploads/2011/08/estudo-campanha-nacional.pdf>
- CARVALHO, M. P. *A Educação de Jovens e Adultos nas gestões Covas – Alckmin (1995-2005): o que virá depois?* São Paulo, FEUSP, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- DI PIERRO, M. C. (Coord.). *O impacto da inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) no Estado de São Paulo: relatório final de pesquisa*. São Paulo, Ação Educativa/INEP, jul. 2013.
- _____. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. *Educ. em Pesquisa*, vol. 27, n. 2, jul./dez. 2001, p. 321-337.
- _____; VIEIRA, Rosilene. O desafio da alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sp/files/diagnostico%20analfabetismo.pdf> . Acesso em: 23 Abr. 2014.
- FURLAN, R. M. C. *Políticas Públicas de educação de jovens e adultos nas escolas Estaduais de São Paulo: avanços e desafios à sua consolidação*. São Paulo, Universidade Cidade de São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- GOUVEIA, A. B. Políticas e financiamento da EJA: As mudanças na política de financiamento da educação e possíveis efeitos na educação de jovens e adultos. *Eccos*, v. 10, n. 2, p. 379-395, jul./dez. 2008.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C.; FREITAS, M. V. Perfil do atendimento em alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo. Brasília, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.74, n. 178, p.495–528, 1993.
- HADDAD, S. . Apresentação Número Especial sobre Educação Não Escolar de Adultos. *Revista e-Curriculum (PUCSP)*, v. 5, p. 1/1-22, 2009.
- PASTORE, J. D. *Programa Alfabetiza São Paulo: análise da política estadual de alfabetização de jovens e adultos (1997/2013)*. São Paulo, FEUSP, 2014 (Dissertação de Mestrado).
- VIEIRA, R. S. *O regime de colaboração entre União e o Estado de São Paulo na oferta de políticas de EJA no período 2003-2009*. São Paulo, FEUSP, 2011 (Dissertação de Mestrado).
- VOLPE, G. C. M. *O financiamento da educação de jovens e adultos no período 1996-2006: farelos de migalhas*. Campinas, Unicamp, 2010 (Tese de Doutorado).
- COMISSAO DA AGENDA TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano Estratégico - Documento-referência para a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: http://forumeja.org.br/sp/sites/forumeja.org.br.sp/files/DocumentoReferencia_encontro_Agenda_Territorial_SP.pdf . Acesso em: 23 Abr, 2014.
- COMISSAO DA AGENDA TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Linhas de Ação propostas em Seminário da Agenda Territorial. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sp/sites/forumeja.org.br.sp/files/Agenda%20Territorial%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20-%20Linhas%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20propostas%20semin%C3%A1rio.pdf> . Acesso em: 23 Abr, 2014.